

Quebrando grilhões: Sou Negra, Sou Mulher, NÃO sou objeto!¹

Rebeca Thalia Bastos Barros²

Gabriela Leal Brito³

Luciane Mota Seabra⁴

1. INTRODUÇÃO

Tomando como objeto de pesquisa a exotificação e objetificação da Mulher Negra com o intuito de discorrer sobre a temática afim de compreender para desconstruir a mesma, remontando à história das sociedades e a função social atribuída à mulher a partir da divisão do trabalho, da propriedade privada e da divisão racial levando a reprodução do controle, da opressão, da exploração e da subordinação da mulher.

Ao analisar o processo de formação das sociedades humanas vê-se que muitas mulheres foram colocadas em situações intragáveis de discriminação baseadas em critérios sexuais, exclusão, opressão, exploração em diversos âmbitos – como trabalhistas e sexuais –, perseguição e assassinato. Partindo de uma análise de que a *status quo* da sociedade é baseado em uma relação patriarcal, na qual as construções culturais e simbólicas são materializadas em uma hierarquização social e de gênero, nesta o masculino se sobrepõe ao feminino, o que gera uma legitimação de condições privilegiadas e de empoderamento aos homens e subordinação para as mulheres, condição que se reproduz nas relações de trabalho, raciais, sociais, culturais e até mesmo amorosas.

O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o lícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas moveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo da aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente de domínios e de formas de controle. Para o primeiro, o que é permanente e o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões [...]. Enfim, se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga a economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. (Foucault, 1988, p. 101)

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB”; GT 033 – Etnografias das Interseccionalidades: Raça e Gênero no contexto Latino-americano das Políticas Públicas.

² Acadêmica do 5º semestre no curso de Ciências Sociais na Universidade da Amazônia (UNAMA)/PA.

³ Acadêmica do 5º semestre no curso de Ciências Sociais na Universidade da Amazônia (UNAMA)/PA.

⁴ Acadêmica do 5º semestre no curso de Ciências Sociais na Universidade da Amazônia (UNAMA)/PA.

No meio social, grupos específicos que divergem em suas características e/ou práticas e ações do resto da população, geralmente sofrem com o preconceito, a discriminação e a violência de outros indivíduos que não os aceitam e discriminam a multiplicidade social, cultural e racial. Violência essa, que se dá pela marginalização, visando aspectos raciais, econômicos, sociais, culturais, físicos e religiosos e, esses grupos (“minoritários”) se sentem pressionados a tolerar a discriminação por não se enquadrarem nos padrões impostos pelo poderio social, utilizando-se de justificativas biológicas, religiosas e ideológicas.

A violência é a violação de direitos, sejam eles civis, econômicos, culturais ou mesmo políticos e ultrapassar a barreira que separa a liberdade e a privacidade de todo e qualquer indivíduo é infringir as normas de igualdade dos povos. Algumas formas de violência estão tão intimamente arraigadas na base da sociedade que não causam danos físicos, mas atentam contra a própria manifestação cultural e a identidade dos indivíduos que são vítimas da mesma.

Na sociedade, há claramente a diversidade – seja ela qual for – e o capitalismo traz seu conflito através da luta entre burgueses (donos do meio de produção) e proletários (detentores da força de trabalho). Mas outros conflitos que vão além da divisão de classes e alcançam uma estrutura global assolam as sociedades, como por exemplo: os conflitos de gênero, os de raça, os étnicos, os de opção sexual, os de opção de vida e de trabalho, dentre outros.

A justificativa para essas formas de desigualdade seria um sistema de opiniões e ideias fundado sobre um sistema de valores e normas, chamado de ideologia. Uma ideologia que no sistema capitalista se fortalece na inferioridade ou superioridade racial para obter mais-valia explorando uma classe considerada minoritária aos olhos do poderio econômico.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o período escravocrata o corpo da Mulher Negra é exotificado, tanto na Europa quanto no Brasil, rótulo atribuído por conta de seu padrão corpóreo muito diferente das mulheres brancas europeias – possuidoras dos padrões de beleza da época. De acordo com Schwarcz (1993), isso se deve pelas teorias evolucionistas acerca da “raça pura”. Após a adentrada no território nacional, vemos a legitimação desse estereótipo

ideológico, a exemplo foram os casos das mulheres que foram tomadas por força por seus senhores, pois quando se recusavam a ter relações sexuais com os mesmos muitas (se não todas) eram punidas severamente, podemos registrar na história do Brasil o caso da escrava Anastácia⁵ que por se negar a deitar-se com o seu feitor fora condenada a usar uma máscara pelo o resto da vida.

Nesse contexto, como “as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher” (SCOTT, 1996, p.14), a autoridade dos senhores deve ser garantida a todo o momento, graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento, e, quando isso ocorre, o poder deve ser emanado do senhor e o padrão deve ser mantido. Como na escravidão, há uma interlocução entre gênero, etnia/cor e condição, os jogos de poder se estabelecem, utilizando todos esses conceitos, sendo que, simbolicamente, a distinção masculino/feminino remete também a poder/submissão, branco/negro, senhor/escravo. Por isso, diz Maria Odila: “alguns estereótipos e valores ideológicos relativos aos papéis sociais femininos têm menos a ver com uma condição universal feminina do que com tensões específicas das relações de poder numa dada sociedade” (DIAS, 1995, p.101).

Percebemos que essa visão ideológica e libidinosa para com a mulher negra vem muito antes da participação da mídia, a qual é um dos principais atores (no presente século – XXI) responsável por reafirmar esse estereótipo que continua a se intensificar na contemporaneidade por conta da supremacia racial, colocando o corpo negro como objeto marginalizado na sociedade etnocêntrica.

O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal. É como uma crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão. As autodenominações de diferentes grupos refletem este ponto de vista. (LARAIA, 1986, pág.65).

Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vincula-se a uma redefinição do político ante o deslocamento do campo do poder das instituições e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano. (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997, p. 89). Porque, a história tradicional negligenciou a trajetória das mulheres, reforçando / legitimando a divisão da sociedade em duas esferas: a pública e a privada. A primeira, por excelência o lugar da história, o espaço privilegiado das questões políticas e econômicas e, a segunda, referente ao espaço doméstico/familiar (PINTO, 1992).

⁵ Considerada uma das mais importantes figuras femininas da história escravocrata negra. Trazida da África em 9 de abril de 1740, no navio negreiro “Madalena”.

3. SEXUALIDADE: A Cor do Pecado

A sexualidade, dentro da história da humanidade, é marcada por intensas mudanças variantes em cada período histórico a partir dos contextos culturais, econômico, políticos e religiosos. Os primeiros vestígios da sexualidade humana aparecem no período Paleolítico, desde pinturas, gravuras, esculturas, sempre contemplando o corpo feminino, principalmente as partes íntimas da mulher. Aspectos que exaltam a fertilidade, como ressalta Nunes (1987, p 52) A representação simbólica desses cultos manifestava-se pela veneração das partes sexuais femininas, mais especificamente a vagina, representada por um triângulo.

Na maior parte do matriarcalismo primitivo há um culto à fertilidade feminina. Podemos afirmar que no matriarcado primitivo as divindades são concebidas como elementos primevos femininos e variam em características e formas envolvendo a fertilidade. Como consequência, a sexualidade, ao ser envolvida de uma significação mítica, é concebida como sagrada e divina, com o predomínio da função da mulher como apanágio feminino (NUNES, 1987, P.59).

Neste período como mostra Spitzner (2005) a sexualidade e o ato sexual são percebidos com naturalidade pelos indivíduos pertencentes ao clã. A partir daí, verifica-se que as comunidades eram comandadas por mulheres, garantindo a sobrevivência dos membros, no matriarcalismo.

Já no período Neolítico, essa forma estrutural matriarcal se modifica, pois segundo Nunes (1987, p.60), a função do homem passa a ser de pai ou chefe, devido, ao domínio dos meios de produção. E segundo Spitzner (2005, p.20), a mulher neste período é entendida como propriedade do homem, semelhante aos animais que o mesmo possuía. Assim, a forma de estruturação social passa ao patriarcalismo.

Por conta das influências do patriarcalismo, o sistema de organização social subjuga as mulheres, pondo a parte o campo diverso e subjetivo que é a sexualidade. A construção sexual individual é única, não podendo de forma alguma ser vista com universalidade, mas a reação das sociedades em relação a sexualidade feminina costuma ser bastante semelhante para com as mulheres em diversas partes do mundo. E quando se trata das Mulheres Negras, o quadro é mais específico e complexo.

Em nossos dias, a sexualidade é tratada de forma banal influenciando no comportamento dos jovens e adolescentes. Os jovens sofrem a todo instante a influência da mídia com mensagens que vendem um dos produtos mais desejados: o sexo. A mercadoria está disponível na internet, no rádio, na televisão, no sexo virtual, nos namoros eletrônicos, nas bancas de jornal e

livrarias, gerando informações distorcidas e levando à prática desenfreada de impulsos e desejos. (Spitzner 2005, p.72).

Assim, a luta das mulheres para terem autonomia sobre seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos⁶. Mas a objetificação é cultural e as mulheres possuem sua autonomia usurpada, a forma como a manutenção sobre a sexualidade feminina é exercida varia, por conseguinte, segundo as outras interseccionalidades da mulher em questão. Afinal, a Mulher Negra é cercada de dicotomias quando o assunto é seu corpo, por um lado há a invisibilidade e indesejabilidade pelo corpo feminino negro por suas características singulares, como cabelo crespo, nariz largo, partes do corpo consideradas asquerosas por serem escuros – mamilos, axilas, etc. E, por outro lado há o desejo pelo ideal de que a Mulher Negra possui um corpo exótico e pelo estigma da promiscuidade. A cor Negra é a “cor do pecado” e a Mulher Negra não é “a mulher certa para relacionamentos”, e acaba sendo exotificada, objetificada e explorada.

4. A MULHER NEGRA NA MÍDIA NO BRASIL

O patriarcalismo faz com que as mulheres sejam submissas aos homens, e no período escravocrata no Brasil a mulher negra é submissa duas vezes, a primeira é pelo fato de ser mulher, a segunda se dá por ser escrava, o que deixa a mulher em uma situação mais vulnerável em relação a sua erotização que vem se perpetuando até a atualidade. A diferença é que no século XXI a negra perde espaço para a mulata ou a morena, como tentativa de amenizar algo considerado ruim – o ser negra(o) –, ser ofensiva, portanto, esses termos aparecem como forma de suavizar a questão racial.

No cenário midiático percebemos a imagem da negra está relacionada a três situações, a empregada, a escrava e a passista de escola de samba, negando a identidade a essas mulheres. Lahni afirma:

Enquanto isso os afro-brasileiros que estão à margem da sociedade desde a abolição da escravatura (e durante a escravidão), agora continuam marginalizados nas favelas, com acesso precário ao estudo e emprego e também sem ser representados na sociedade (cargos político) e na mídia (jornalistas, atores e personagens que realmente identifiquem os afro-brasileiros). (LAHNI, 2007 p. 83).

⁶ Plataforma Política Feminista, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 6-7 de junho de 2002. Distribuição CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2002.

O estereótipo das negras dentro do campo televisivo e como a sua imagem é retratada é através de mulheres que vivem em zonas pobres da cidade, com um modo de se vestir e falar diferente dos brancos, e quando esses mesmos personagens saem do seu lar e se dirigem a uma área mais elitizada da cidade é para trabalho de empregada. Entretanto, a representação pública das mulheres na mídia não é homogênea, já que responde a distintas expectativas. Não se pode separar esta representação dos valores sociais dominantes presentes em todas as esferas da intervenção social e da cultura. (PAIVA, 2004, p.3)

Isso quer dizer que mesmo quando se tentam representar negritude, a forma como essa representatividade é colocada é de maneira preconceituosa, ou seja, os meios de comunicação são por assim dizer, um caso-modelo de reprodução das nossas relações sociais. (Ramos 2007 p.08).

O exemplo dessa falsa representatividade é a do humorista Rodrigo Sant'anna no programa Zorra Total, onde o mesmo interpreta uma personagem chamada Adelaide, como vemos na figura 1, Rodrigo encena uma mulher negra, mendiga que pede dinheiro no metrô, que fala errado e é casada com um marido bêbado, caracterizando a mulher negra em uma zona de vulnerabilidade social.



Figura 1 Adelaide: Mulher Negra e pobre.

Outra forma de estereotipar a mulher negra foi na novela produzida na rede Globo chamada “Da Cor do Pecado”, fazendo uma alusão mais uma vez ao estereótipo enraizado de que a mulher negra causa certa atração, que seduz.



Figura 2 Novela protagonizada pela atriz Negra Taís Araújo.

A Mulher Negra tem a função social relacionada ao seu corpo, observamos isso na forma com a qual o Brasil é retratado fora, um país tropical e de lindas mulheres, principalmente mulatas, um país de turismo sexual, levando a crer que o corpo da mulher fica reduzido aos seus órgãos genitais.

Uma das características mais marcantes dessa ideologia culturalmente enraizada é a respeito da Globeleza, que para alguns é uma forma de representatividade, mas na realidade é uma forma de exploração sexual, posto que existe uma mulher dançando, pintada e com uma nudez estrategicamente coberta, e que apenas tem visibilidade no período de carnaval, época do ano em que o Brasil é mais procurado por turistas em busca do turismo sexual. Nesse momento percebemos o quanto a Globeleza é um espetáculo midiático e erótico a fim de retificar essa imagem e mostrar para todas as partes do mundo, que o preconceito não se faz presente no Brasil. Não há uma linha tênue entre sensualidade e erotização.



Figura 3 Erika Moura como Globeleza

Outro importante registro a ser feito é em relação à imprensa periódica, partindo do princípio de que esta não é um veículo imparcial da realidade política a qual se insere. Assim, a análise da cobertura jornalística dada às greves e aos seus sujeitos deverá atentar a ausência de neutralidade dos órgãos de imprensa, que em alguns casos, pode servir inclusive como instrumento de manipulação e de intervenção da vida social. (LUCA, 2005, p. 118).

Como já destacamos a imprensa periódica é um espaço de poder que controla, classifica, seleciona, ordena, estrutura e elege o que é digno de se chegar ao público. (LUCA, 2005, p. 118).

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESCONSTRUÇÃO

No que se refere às políticas públicas em combate a discriminação racial e qual o papel do poder público no sistema de relações raciais, vê-se que o poder público deve e pode gerenciar substancialmente as relações raciais em um sentido menos discriminatório, porém o mercado e seus aparatos ideológicos regulam o sistema de relações raciais. Assim, o crescimento da economia determinaria a melhora e o *status* das (os) negras (os) na sociedade brasileira.

O sistema de relações raciais no Brasil se caracteriza por divisões étnicas fluidas e manipuláveis. E as experiências de combate à discriminação racial por meio de medidas legislativas possuem um grau baixo de ação e, até mesmo os estudos que as analisam, são escassos.

Muitos países Latino-americanos apresentam um quadro parecido com o do Brasil referente à atuação do Estado nas relações raciais. No passado medidas de fortalecimento de um sistema de castas e, mais recentemente o apoio a um certo tipo de mestiçagem. A partir dos anos 20 ou 30 havia a articulação de discursos centrados na criação de uma nova raça nacional, como a substituição do termo índio pelo termo campesino no Peru, o slogan de “raza cósmica” no México.

Os pesquisadores progressistas insistem que a pobreza é produzida por condições estruturais às quais os pobres/negras(os) não sabem responder, enquanto uma grande quantidade de pesquisadores conservadores enfatizam que são os pobres/negras(os) que criam a própria condição de atraso.⁷

⁷ Os debates sobre a *underclass* (subclasse); WILSON, 1984, 1987, 1991. GANS, 1990. MURRAY, 1984. STEINBERG, 1988. OBGU, 1978.

A discriminação racial relativa ao gênero carrega uma invisibilidade interseccional. De acordo com CRENSHAW (2002)⁸, Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça.

Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão. (CRENSHAW, 2002, p.4).

Definindo o conceito de interccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.7).

Ainda de acordo com CRENSHAW (2002), Os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem.

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (CRENSHAW, 2002, p.7).

As políticas públicas referentes a diversidade étnico-racial encara grandes desafios no contexto político, social, econômico, cultural e religioso na América Latina, mas ainda assim há tentativas de inclusão e equidade no âmbito educacional – mesmo que haja, em sua maioria da vezes, desigualdades sociais e raciais sendo reproduzidas dentro do mesmo. No Brasil, por exemplo:

A distribuição dos níveis de escolaridade, de acordo com a cor dos brasileiros, demonstra, inicialmente, que, no campo da educação, não existem diferenças significativas entre ‘pardos’ e ‘pretos’ que justifiquem o tratamento analítico desagregado nessas duas classificações. [...] o universo do conjunto total da população negra representa, na dimensão educacional, de forma adequada, os

⁸ CRENSHAW, kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. University of California, Los Angeles, 2002, p 1-18.

respectivos universos particulares das populações parda e preta. (HENRIQUES, 2002, p.35).

Há ainda políticas públicas por Identidades e Ações Afirmativas, para de acordo com GURGEL (2004) garantir balizamento nas oportunidades para aquelas pessoas que têm sua existência, marcada por discriminações e opressões, como as assentadas na classe, gênero e etnia, por exemplo, entre outras.

A situação da Mulher Negra na América Latina é resultante da violação colonial gerenciada pelos senhores de engenho contra as Mulheres Negras e, a miscigenação ocasionada é a base para a construção da identidade nacional estruturando a chamada democracia racial latino-americana. Tal essa que reflete inclusive nas lutas por autonomia e equidade das mulheres, à exemplo, o termo Enegrecendo o Feminismo, expressão que designa a trajetória das Mulheres Negras no movimento feminista, possuindo caráter transformador no que se refere a novos sujeitos políticos. Assim, os sujeitos assumem a partir do lugar em que estão inseridos, os mais diversos olhares, desencadeando processos particulares na luta coletiva. Ou seja, as Mulheres Negras, além da questão de gênero, possuem especificidades a serem levadas em conta, no caso, também a questão racial. A feminista e Cientista Política Nancy Fraser (2002, p.63) fala acerca da amplitude do conceito de gênero incorporando a diversidade feminina e feminista, um conceito de justiça tão abrangente quanto, e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento.

[...] situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social. (FRASER 2002, p.63).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs, como objetivo geral, elaborar um conjunto de elementos e representações bibliográficas acerca da questão Raça e Gênero no contexto Latino-americano afim de dar enfoque e trazer a discussão sobre a exotificação e a objetificação das Mulheres Negras, resultantes do estereótipo historicamente construído e enraizado socialmente, refletindo na vida individual e coletiva, criando um mito, posto na sexualidade feminina Negra, de objetificação cercado de dicotomias pelo estigma da promiscuidade. Fazendo uma análise sobre onde o processo de discriminação racial relativo ao gênero está estruturado e como o combate a tal processo se dá no âmbito das Políticas Públicas.

[...] A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e aos sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa políticas para muitos segmentos.⁹

Para concluir, percebeu-se com o presente artigo que há um paradoxo na relação entre o Estado e a população Negra, principalmente quando se trata das Mulheres. Cabe ao Estado a função de proteção social, mas como o mesmo é mantido por tributos pagos pelo coletivo e, na sociedade há uma divisão social interna, o mesmo acaba assumindo o papel e mantenedor dos aparatos ideológicos do poderio econômico, ou seja, há um processo de descentralização do poder público e, ao mesmo tempo, de privatização de diferentes áreas, as quais seriam de competência pública. E ainda, outros agentes surgem com o discurso de abertura democrática racial e colaboram como aparelhos ideológicos do Estado, à exemplo, a mídia. A partir daí entra os papéis de cada ator social e dos movimentos de luta por emancipação inseridos nos âmbitos: social e acadêmico, como forma de garantir um trabalho que dê base para a desconstrução de toda e qualquer forma de opressão independentemente de diferenças sociais, econômicas, raciais, culturais e religiosas.

7. REFERÊNCIAL TEÓRICO

ALMEIDA, Ângela Mendes. **O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

AMARAL, Telma. **E o casamento como vai?** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém, DEAN/UFPA, 1999. (mimeo)

BEAUVOIR, S. de A iniciação sexual. In:_____ **O segundo sexo**. A experiência vivida. Vol. 2. 7ª ed. São Paulo. Nova Fronteira, 1990, p. 109- 43.(a)

BEAUVOIR, S. de A mulher independente. In:_____ **O segundo sexo**. A experiência vivida. Vol. 2. 7ª ed. São Paulo. Nova Fronteira, 1990, p. 449- 500.(b)

BUENO TRIGO, Maria Helena & BRIOSCHI, Lucila Reis. **“Família: Reprodução e Cotidiano. Reflexão sobre um Trabalho de Campo”** IN *Textos CERU*. nº. 1, Departamento de Sociologia, São Paulo, USP, 1989, pp. 25-33.

⁹ Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de julho de 2002. Parágrafo 11.

- BUENO TRIGO, Maria Helena. “Amor e Casamento no século XX” IN D’INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989, pp. 88-94.
- CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher Negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.
- _____. A mulher negra na década – a busca da autonomia. Apresentação. **Cadernos Geledés** n° 5, São Paulo, outono 1995.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Mary Garcia. Alcance e limites das Políticas de Identidade. IN: _____ **Democracia Viva** 19, 2003, p.12-21.
- _____. Identidades, Alteridades, Latinidades. In: **Caderno CHR** 32, 2000, P.57-74.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual: Essa nossa (des)conhecida**. 7ªed. São Paulo. Brasiliense, 1984
- CÔRREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira” IN ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família patriarcal no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 15-42.
- SILVA, Telma Gurgel da. **Feminismo e Liberdade: Ser sujeito total e tardio na América Latina**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- DaMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.
- FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (orgs.). São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.
- FRY, Peter. **Para Inglês ver: Identidade e Política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- GOLDENBERG, Miriam. “O macho em crise” IN GOLDENBERG, Miriam (Org.). **Novos desejos**. São Paulo, Record, 2000, pp. 15-39.

_____ **Ser homem, Ser mulher dentro e fora do casamento.** Rio de Janeiro, Revan, 1991.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, ANPOCS, 1993.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). “Introdução” IN **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro, Francisco Alves S/A, 1990, pp. 09-35.

HEILBORN, Maria Luiza. (Org.). “Construção de si, gênero e sexualidade”. IN HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade. O olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro, Zahar, 1999, pp. 40-58.

_____ “Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil” IN OLIVEIRA COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de Gênero.** Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos/Fundação Getúlio Vargas, 1992, pp. 93-126.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

KOFFES, Suely. **Mulher, Mulheres. Identidade, Diferença e Desigualdade na relação entre patroas e empregadas.** Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito Antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Vozes, 1997.

MACHADO, Odila de Melo. **Mulher: Códigos Legais e Códigos Sociais: o papel dos direitos e os direitos de papel.** Concurso de Monografias Jurídicas, OAB, 2001.

MILES, R. O corpo político. In: _____ **A história do mundo pela mulher.** Rio de Janeiro. LTC - Casa Maria Editorial, 1989. p. 283-305.

MURARO, R.M. **Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil.** Petrópolis. Vozes, 1983.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade.** 5.ed. Campinas: Papyrus, 1987

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto Sujeito político. In COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de Gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel e MATOS M. Izilda S. de. **Gênero em Debate.** Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. “Violência de gênero no Brasil contemporâneo” IN SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ VARGAS, M. (Orgs.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 199.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica” IN **Educação e Realidade**. 20 (21): 71, jul/dez, 1995, pp. 71-99.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” IN VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LAHNI, Cláudia. A saúde no Programa de Mulher: Rádio comunitária veicula informações sobre saúde, in: FUSER, Bruno. **Comunicação alternativa: Cenários e perspectivas**. Campinas, PUC-Campinas/ CMU, 2005.

RAMOS, Sílvia. *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2007.

PAIVA, Raquel. **A estratégia comunicacional contra a memória hegemônica e o senso comum midiático**. Trabalho apresentado no NP Comunicação e Cultura de Minorias, do IV ENCONTRO DOS NUCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, Congresso da Intercom, *Anais* (em CD ROM), 2003.

GLOBO, **Musa inspiradora da pedinte Adelaide do zorra afirma sou cara da pobreza**. Disponível em : <http://extra.globo.com/tv-e-lazer/rodrigo-santanna-apresenta-musa-inspiradora-da-pedinte-adelaide-do-zorra-afirma-sou-cara-da-pobreza-6533267.html>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

WIKIPEDIA, **Da Cor do Pecado**. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/9/92/Da_Cor_do_Pecado_\(novela_-_2004\).jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/9/92/Da_Cor_do_Pecado_(novela_-_2004).jpg). Acesso em: 20 de maio de 2016.

GLOBO, **Globeleza Erika Moura mostra bastidores da nova vinheta do carnaval 2016**. Disponível em: <http://gshow.globo.com/tv/noticia/2016/01/globeleza-erika-moura-mostra-bastidores-de-nova-vinheta-do-carnaval-2016-empolgada.html>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

(PÔSTER) Quebrando grilhões: Sou Negra, Sou Mulher, NÃO sou objeto!¹⁰



A exotificação da Mulher Negra presente no imaginário social, a partir da análise do estereótipo estruturado e enraizado socialmente. Mostrando como o aparelho midiático incorpora e legitima a função social da Mulher Negra ao seu corpo

A objetificação é cultural e as mulheres possuem sua autonomia usurpada, a forma como a manutenção sobre a sexualidade feminina é exercida varia, por conseguinte, segundo as outras interseccionalidades da mulher em questão.



- A mulher Negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais: de gênero e a de raça.
- Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância.
- A liberdade do outro estende a minha ao infinito.

¹⁰ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB”; GT 033 – Etnografias das Interseccionalidades: Raça e Gênero no contexto Latino-americano das Políticas Públicas. Autora: Rebeca Thalia Bastos Barros (Universidade da Amazônia/PA); Coautoras: Gabriela Leal Brito (UNAMA/PA) e Luciane Mota Seabra (UNAMA/PA).